



FIM DO ENSINO REMOTO: desafios enfrentados por professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de uma rede pública

João Carlos Roedel Hirdes¹

Rafael Mendes²

Alisson Castro Batista³

Eixo 10 – Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas

Resumo: Este estudo tem o objetivo de analisar os desafios enfrentados pelas professoras de uma rede pública municipal no retorno às atividades presenciais a partir do arrefecimento da pandemia da COVID-19. A pesquisa está sendo realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública – GIPEP/UFPel, e faz parte da Pesquisa Nacional “Alfabetização em Rede” - AlfaRede. A pesquisa nacional está em sua segunda etapa de desenvolvimento, que tem como foco compreender como se deu a volta ao ensino presencial em turmas de crianças em processo de alfabetização matriculadas no primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Nossa perspectiva aqui é partir de uma *live* promovida pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) - FaE/UFGM, que contou com a participação da professora Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, coordenadora nacional da AlfaRede, e comparar os dados nacionais da pesquisa com os verificados na rede municipal de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Como resultado, percebeu-se que, embora a rede de ensino tenha buscado organizar o retorno ao presencial, os desafios superaram essa preparação. Assim, coube às professoras realizarem as adequações necessárias a partir da leitura das dificuldades dos alunos.

Palavras-chaves: anos iniciais; alfabetização; educação pública; pandemia da COVID-19

Introdução

Este estudo tem o objetivo de analisar os desafios enfrentados pelas professoras da rede pública municipal no retorno às atividades presenciais a partir do arrefecimento da

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador do GIPEP. Contato: joaocrh@gmail.com

²Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela UFPel. Contato: rafaelmendesufpel@gmail.com

³Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista do Programa de Educação Tutorial Pedagogia (PET Pedagogia). Pesquisador do GIPEP. Contato: fisicalissonbatista@gmail.com

pandemia da COVID-19. A pesquisa está sendo realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública da Universidade Federal de Pelotas – GIPEP/UFPel, e faz parte da Pesquisa Nacional “Alfabetização em Rede” - AlfaRede. A pesquisa nacional está em sua segunda etapa de desenvolvimento, que tem como objetivo compreender como se deu a volta ao ensino presencial em turmas de crianças em processo de alfabetização matriculadas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental.

Com a ampliação da aplicação da vacina aos profissionais da educação, a partir do segundo semestre de 2021, ocorreu um aumento na pressão ao retorno às atividades presenciais nas escolas da rede pública de ensino. Em um primeiro momento, as escolas tinham que seguir os protocolos que visavam mitigar os riscos de contaminação por COVID-19. Dentre eles estavam: demarcações nas salas, rodízio dos alunos para irem à escola, uso de máscara, não compartilhar material, horários reduzidos para evitar consumo de lanches, entre outros.

Nesse período, a pesquisa nacional AlfaRede já estava finalizando a primeira etapa e reorganizava seus objetivos visando analisar como as professoras estavam lidando com o retorno às atividades presenciais. Ao longo do ano de 2021, realizou-se o ciclo de seminários sobre alfabetização na pandemia de Covid-19 discutindo os dados obtidos na primeira fase da pesquisa com as professoras da rede. Destes eventos começam a emergir relatos sobre as experiências do retorno ao presencial e instigou as pesquisadoras a sistematizar uma nova etapa de coleta de dados.

A segunda etapa da Pesquisa Alfabetização em Rede é constituída de duas fases. Na primeira foi desenvolvido um survey através de um questionário respondido por 6.067 professoras que atuam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em todo país. Na sequência foram realizadas rodas de conversas com as docentes que se dispuseram a participar.

No dia 28 de março de 2023 a professora Maria do Socorro, coordenadora nacional da pesquisa AlfaRede, participou de uma *live* junto ao grupo de CEALE, vinculado à FaE/UFGM (MACEDO, 2023). A pesquisadora organizou sua fala a partir de um recorte dos dados obtidos das respostas do questionário aplicado junto às professoras da rede pública de ensino e dialogou com a experiência apresentada pela professora da Rede Municipal do Araripe - CE, Maria Silvestre. No entanto, algo interessante ocorreu durante o evento: com a participação da professora Maria Silvestre, o momento tornou-se uma roda de conversa. Assim, as professoras trazem dados relevantes para o debate acerca do retorno ao ensino presencial.

A partir disso, buscamos contrastar os dados coletados nacionalmente com os dados da pesquisa obtidos no contexto de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, através da análise dos questionários e do conteúdo das cinco rodas de conversa realizadas com

professoras da rede municipal investigada.

2 Fundamentação teórica

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Segundo o documento Histórico da pandemia, acessado no site da Organização Pan-Americana da Saúde, o termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença. Essa classificação significa que existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Em consequência disso, as instituições de ensino interromperam suas atividades presenciais com o intuito de mitigar a contaminação, pois no primeiro momento o distanciamento social foi a medida de prevenção possível.

A ciência conseguiu em nove meses criar diferentes tipos de vacinas e no dia oito de dezembro de 2020, uma mulher inglesa, de 90 anos, foi a primeira pessoa a ser vacinada no mundo. O negacionismo institucionalizado na Presidência do Brasil e no Ministério da Saúde fez com que a campanha de vacinação no Brasil só chegasse no final de janeiro de 2021.

A campanha de vacinação chegou aos profissionais da educação apenas em junho de 2021, sendo a segunda dose aplicada três meses depois. A partir de setembro as escolas iniciaram movimentos de retorno. Porém, na maioria das vezes eram interrompidos por surtos de COVID-19. Em 2022, com a vacinação infantil em andamento, teve-se o efetivo retorno ao presencial.

O contexto político brasileiro que se abre a ideia do estado mínimo e ao mesmo tempo que nega a ciência, auxiliou na disseminação do vírus e, ainda, impulsionou a mercantilização da educação.

A escola pré-pandemia já se via sob ataque das políticas neoliberais através do que Freitas (2018) chama de reforma empresarial da educação. Essa perspectiva política da educação pauta a sociedade com discussões sobre privatizações, vouchers, padronizações de sistemas, currículos, avaliações e expõe educadores a valores meritocráticos. Esse movimento coloca a sociedade contra o sistema educacional público.

Neste sentido Hypolito (2011, p. 1) afirma que:

A lógica neoliberal e gerencialista interpela os sujeitos, as escolas, os professores e as professoras, no sentido de uma subjetivação que conduz a comportamentos de aceitação e que são muito produtivos para um desempenho das políticas educativas, no sentido de atender ao modelo mercadológico e gerencial das políticas, tanto nos aspectos da gestão, do currículo e das práticas escolares.

Para além destes autores, outras pesquisas avaliam que as desigualdades educacionais brasileiras pré-existent foram potencializadas na pandemia, como produto das sucessivas reformas empresariais que afetam a escola pública. Soma-se a isso, a

ausência de uma política coordenada para dar resposta aos efeitos da pandemia no necessário processo de democratização da educação básica. (OLIVEIRA, 2020; SAVIANI, 2021).

Neste sentido, a pandemia e o ensino remoto possibilitaram a aceleração da entrada das plataformas digitais no fazer pedagógico. Por exemplo, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul contratou a plataforma Google Sala de Aula, sem consultar as professoras, para mediar as aulas remotas. Porém, não houve nenhuma política de acesso às tecnologias para professores e estudantes. Quando o estado se ausenta, a iniciativa privada encontra lugar para agir.

3 Metodologia

Esta pesquisa é um recorte da segunda etapa da pesquisa nacional AlfaRede e possui a mesma caracterização metodológica, aplicação de questionário (Survey) e rodas de conversas na perspectiva de grupos focais (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011). Assim, se caracteriza por ser um estudo de caráter qualitativo e quantitativo.

No âmbito nacional, a pesquisa obteve 6.067 respostas de professoras que atuam do 1º ao 5º anos da rede pública de ensino ao questionário aplicado na primeira fase, no período de julho de 2022 a março de 2023. Em relação à segunda fase, os grupos de pesquisas participantes realizaram rodas de conversas com as professoras respondentes do survey que se disponibilizaram para participar. No que tange à atuação do GIPEP, filtramos 71 respostas de professoras da rede municipal investigada e realizamos cinco rodas de conversas com 14 professoras, todas que se dispuseram a participar desse momento da pesquisa.

Para a sistematização e discussão dos dados apresentados neste texto, utilizamos a Análise de Conteúdo para a categorização dos dados produzidos nas rodas de conversas, pois conforme Bardin (1977, p. 105) “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Neste texto pretendemos trabalhar a categoria dos desafios do retorno ao ensino presencial. Portanto, a partir das questões apresentadas na *live* do dia 28 de março, pretendemos dialogar com os dados obtidos na cidade investigada. Essa discussão será apresentada na próxima seção.

4 Resultados e Discussão

No dia 28 de março o grupo CEALE da UFMG realizou uma *live* mediada pela professora Maria José Francisco de Souza e com a participação das professoras Maria do Socorro e Maria Silvestre (MACEDO, 2023). Para esse momento a professora Maria do

Socorro apresentou, em síntese, a tabulação das respostas dadas para algumas questões do *survey*. Foi muito interessante assistir o contraste entre os dados da pesquisa expostos pela professora Socorro, com os relatos da professora Maria Silvestre, outra expositora da *live*, professora dos anos iniciais que integra a pesquisa. Nossa proposta é relacionar estes dados com os verificados na cidade investigada em três aspectos discutidos abaixo.

O quadro abaixo apresenta a comparação relativa à primeira questão:

Quadro 1 - Preparação pedagógica da escola para a volta ao presencial

Dados Nacionais		Dados da cidade investigada	
Alternativas	%	Alternativas	%
Bom	32,00%	Bom	25,35%
Muito bom	32,00%	Muito Bom	15,49%
Ótimo	21,00%	Ótimo	18,31%
Regular	10,00%	Regular	23,94%
Ruim	2,00%	Ruim	9,86%
Péssimo	1,00%	Péssimo	7,04%

A professora Socorro verifica que 85% das respondentes entendem que a preparação pedagógica da escola está adequada e comenta que:

Esse dado é altamente contrastante com os dados da primeira rodada, em que a gente tinha as professoras considerando que a preparação para o trabalho remoto foi uma preparação regular, uma preparação que não foi aquela que elas precisavam para desenvolver o trabalho remoto, mostrando que, após um ano e meio de ensino remoto, as redes públicas conseguiram se preparar, segundo essas professoras, para ter uma volta ao presencial organizada de modo que a escola voltasse a funcionar de uma forma adequada.

Em relação à rede municipal investigada, apesar de termos aproximadamente 60% de professoras que entendem como adequada a preparação pedagógica para o retorno presencial, na primeira roda de conversa a professora Diana⁴ relatou:

Tanto a parada quanto o retorno, me parece que foi aquela coisa meio no atropelo, a gente indo e vamos fazer como dá e vamos indo. [...] mas acho que esse retorno a gente esperava porque a gente fazia algumas reuniões online com a equipe diretiva, com os professores, a coordenação. Então a gente meio que se falava e sabia que as crianças estavam com bastante dificuldade, que muitas não tinham sido alfabetizadas diante do contexto todo, mas, sinceramente, achei que não seria tão difícil o retorno. (...) a gente não tem sala de recurso, a gente não tem professor de apoio, então é a gente com a gente mesmo.

⁴ Os nomes dados às docentes são fictícios, no intuito de preservar suas identidades.

A professora mostra que apesar de haver alguma preparação pedagógica para o retorno ao ensino presencial, os desafios foram maiores do que os que puderam ser previstos. Tudo indica que não houve uma diretriz da rede municipal. A defasagem da estrutura da escola também contribuiu para potencializar as dificuldades.

Ao ouvir as professoras, verifica-se um alto comprometimento com o exercício da docência. Isso faz com que as dificuldades sejam superadas. Vejamos o que os dados relativos à segunda questão nos dizem.

Quadro 2 - O que você considera mais importante na volta ao ensino presencial?

Dados Nacionais		Dados da cidade investigada	
Alternativas	%	Alternativas	%
1. cumprir o currículo previsto na BNCC para o ano escolar	4%	1. cumprir o currículo previsto na BNCC para o ano escolar	0,01%
2. tomar como referência o processo real das crianças no planejamento da alfabetização	41%	2. tomar como referência o processo real das crianças no planejamento da alfabetização	50,70%
3. acolher os alunos e professores no ambiente escolar	7%	3. acolher os alunos e professores no ambiente escolar	15,49%
4. todas as anteriores	48%	4. todas as anteriores	33,80%

Os dados do quadro 2 apontam que o planejamento está como fator principal para as professoras, não calcado em algo pronto, oferecido pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, mas analisando o processo real de desenvolvimento das crianças. O que é importante no processo de aprendizagem no contexto da alfabetização é a compreensão da criança real. A professora Socorro comenta que:

A Magda Soares iria gostar de ouvir isso aqui, porque o trabalho que ela fez em Lagoa Santa foi justamente esse, de tentar tomar como referência aquilo que iam diagnosticando nas crianças de Lagoa Santa em relação à alfabetização, para que esse diagnóstico cotidiano, essa avaliação permanente do próprio processo das crianças se visse como referência para o ensino da leitura e da escrita, que é tudo que a gente gostaria de ver acontecer no país em termos de política pública.

Nesse sentido, o professor Leandro, na roda de conversa que participou, acrescenta que:

Eu acho que a maior dificuldade foi conseguir adaptar tudo o que eu tinha na minha sala de aula. Esse turbilhão de coisas, falando em alfabetização no geral, matemática também. Então, eu tinha alunos muito diversos, muito diversos, eu tinha alunos que não conheciam as letras, eu tinha alunos que estavam avançados em leitura e interpretação, eu tinha alunos excelentes em matemática, mas que não sabiam ler.

O desafio do planejamento a partir da criança real é contrastado com a diversidade de níveis de aprendizagem que uma professora encontra em sua sala de aula. Durante a pandemia, cada criança desenvolveu as atividades propostas em sua casa. Cada casa tem sua peculiaridade. Algumas tiveram os pais próximos, outras não tinham ajuda de adultos alfabetizados, ou seja, a diversidade de contextos de aprendizagens também foi um fator de aprofundamento das desigualdades. Nesta direção, a professora Maria Silvestre comenta na *live* que um dos seus alunos mudou de casa durante a pandemia para ter auxílio no desenvolvimento das tarefas da escola.

A pesquisa apresentou um rol de desafios para as professoras indicarem qual tem maior complexidade, sendo o grau 1 para o de menor dificuldade e grau 10 para o de maior. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 3 - Desafios - Escala de 0 a 10:

Desafios	Grau - Nacional	Grau - cidade investigada
Cobrança pelos conteúdos de pais e escola	5	5, 6
A desigualdade de acesso à tecnologia e outros materiais	10	10
Lidar com as rupturas e descontinuidade do processo educativo	10	10
Lidar com sala de aula numerosa	10	10
Lidar com a heterogeneidade/diferenças entre as crianças	10	10
Conseguir que os alunos realizem as atividades propostas	1	7, 2
Retorno dos alunos com relação às atividades propostas como tarefa de casa	10, 1	10
Receber suporte material e pedagógico da minha rede	1	10

Verifica-se que os índices apresentados são similares, exceto em relação a “Receber suporte material e pedagógico da minha rede”. Neste ponto, o grau nacional é 1 e o da cidade investigada é 10, ou seja, de alta complexidade. Esse dado está diretamente ligado à primeira questão. A professora Socorro comentou que a análise deste dado quantitativo leva a crer que as professoras realmente receberam suporte da rede. Porém, as rodas de conversas têm mostrado que apesar de ter havido alguma preparação para o retorno às aulas presenciais, as multiplicidades dos desafios superaram o planejamento.

5 Considerações Finais

Ao chegar ao final deste texto, percebe-se que o ensino remoto, apesar de manter o vínculo entre a criança e a escola, aprofundou a desigualdade social, pois muitas crianças não tiveram acesso às aulas online e também não houve políticas que viabilizassem a participação de todos. A lógica do “vamos salvar o que dá” contemplou apenas os alunos que possuem alguma estrutura financeira, ou seja, ela exclui justamente aqueles que o estado deveria alcançar.

O agravamento das desigualdades refletiu diretamente no retorno às atividades presenciais. Por mais que se tenha buscado estar preparado para a volta à sala de aula, os desafios foram maiores do que o esperado. Apesar disso, as professoras enfrentam estas dificuldades através do seu comprometimento com o magistério. Mais uma vez, entende-se que há necessidade de participação do estado para que a educação de qualidade alcance todas as crianças.

Referências

BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, 35(4), 438-42, 2011.

ALFABETIZAÇÃO em rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 - Relatório Técnico (Parcial). **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 13, p. 185-201, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/465>. Acesso em: 31 maio 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, Período out/dez-2011. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265/4147>.

Acesso em 31 de maio 2023.

MACEDO, Maria Socorro Nunes. CEALE DEBATE. **A alfabetização de crianças no pós-pandemia: reflexões de uma pesquisa em rede**. Youtube, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r2u3cEWM0W0&t=15s>. Acesso em 23 mai. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, Dossiê Ensino Público, São Paulo, n.127, p. 27-40, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/11832/1926>. Acesso em 24 jun. 2022.

OPAS. HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. In: **ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde**. [S. l.]: OPAS, [entre 2020 e 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 31 maio 2023.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. **Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em 24 jun. 2022.